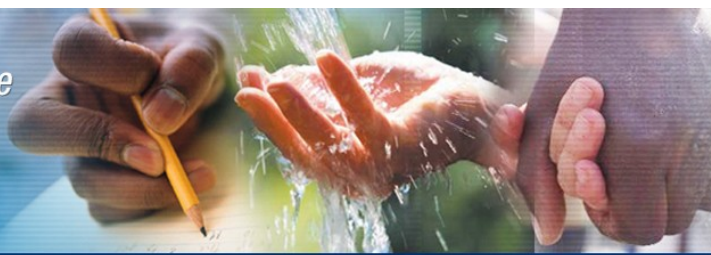




*Sustentabilidade  
Conhecimento  
Cidadania*



## **SEM RECURSOS PARA OS EMERGENTES**

**Arlindo Silva\***

Reduzir as emissões de carbono nos países em desenvolvimento, corte de emissões nos países ricos e o desmatamento são temas relevantes da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas-COP15, mas não é tudo. Há necessidade de financiamento adequado dos países desenvolvidos para ajudar as nações em desenvolvimento a se adaptar aos impactos das mudanças climáticas e implementação de tecnologias limpas.

O fato é que um Relatório do IPCC-Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU deixou claro que as mudanças climáticas terão consequências nefastas para a terra, como o derretimento das geleiras e das calotas polares, e fenômenos meteorológicos extremos decorrentes do aquecimento global. E para isso, o Programa Ambiental das Nações Unidas estima investimentos em energia de baixa emissão dos gases do efeito-estufa num patamar de 1,9 trilhões de dólares em 2020.

A propósito, a Consultoria de Estudo Macroplan considera que "no plano mundial, os próximos anos serão decisivos para a consolidação das políticas planetárias para a mitigação ou suavização dos impactos das mudanças climáticas a longo prazo". Como decorrência iniciativas as mais diversas vem sendo tomadas com vistas às políticas de mitigação das mudanças climáticas voltadas para a reversão da histórica tendência de crescimento das emissões de gases de efeito estufa.

China e Estados Unidos lideram a lista dos grandes emissores. Os chineses emitem 6.283 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> e já se comprometeram a promover cortes significativos até 2020. Os americanos jogam na atmosfera 6.006 milhões de CO<sub>2</sub> e, por enquanto, se comprometeram com redução de suas emissões de 17% em 2020 em comparação ao nível de 2005.

No ranking dos grandes emissores, a Rússia ocupa a terceira posição, a Índia a quarta e o Japão a quinta, com emissões de toneladas de CO<sub>2</sub> de 1.672 milhões, 1.400 milhões e 1.262 milhões, respectivamente.

O Brasil é destaque negativo no ranking dos maiores emissores atuais de CO<sub>2</sub> com números que representam entre 3% e 4% das emissões globais.

Ainda no âmbito dos países ricos, destacamos a Lei do Clima da Prefeitura de Londres, que vai buscar reduzir as emissões de carbono em 60% até 2025, estimular o uso da energia eólica e solar em edifícios públicos, empresas e residências, além de colocar nas ruas mais de dez mil carros elétricos, com emissão zero de carbono. Tal Lei do Clima é parte da Política Ambiental do Reino Unido que tem como meta eliminar 80% dos gases responsáveis pelo aquecimento global liberados pelos combustíveis fósseis.

Mas como fica a situação dos países em desenvolvimento que precisam de recursos financeiros dos países industrializados para implementação de suas metas, a exemplo do Brasil? Decerto as nações ricas defendem que só nação mais pobre receba recursos para combater o aquecimento do planeta.

A propósito, publicação de O Globo com a matéria "Buraco nas metas do Brasil", abordava sobre o compromisso do Governo brasileiro junto a COP15, com metas voluntárias de cortar entre 36,1% e 38,9% dos gases de efeito-estufa com relação ao projetado para 2020, com redução final de 1 bilhão de toneladas de CO<sub>2</sub>, e que esbarra em questionamentos sobre a viabilidade das suas metas.

Diante da transição rumo a economia verde, a única certeza do que aconteceu em Copenhague é que os países industrializados devem continuar a liderar a batalha contra as mudanças climáticas e inovar na corrida tecnológica ambiental, rumo a economia de baixo carbono, todavia sem recursos para os emergentes.

**\*Arlindo Silva – Presidente da Saber Global**